



O dinheiro fala mais alto

COVID-19 A pressão dos comerciantes funciona e os prefeitos encontram mais dificuldades para impor o isolamento

POR VICTOR CALCAGNO

Na quarta-feira 3, o governador paulista João Dória anunciou a suspensão da fase vermelha nos fins de semana e feriados nas regiões do estado classificadas como laranja. As medidas extras, que proibiam o funcionamento de serviços não-essenciais aos sábados, domingos e feriados, tinham por objetivo conter a disseminação da Covid-19. O recuo nada tem a ver com a melhora significativa nos indicadores de contágio,



As manifestações dos donos de bares e restaurantes funcionaram. Doria voltou a afrouxar as regras

Nem a variante brasileira do vírus, chamada de PI, cujo poder de transmissão é muito maior, assusta a população. Em Belo Horizonte, o comércio voltou a abrir neste início de fevereiro, após o prefeito, Alexandre Kalil, ter decretado a interdição das atividades não essenciais em 11 de janeiro. A cidade começou o segundo mês do ano com permissão para abrir museus, clubes, academias, cinemas, teatros, *shoppings* e feiras, além de bares e restaurantes – desde que a venda de bebidas alcoólicas aconteça apenas das 11 da manhã às 3 da tarde. O comércio varejista não essencial pode funcionar das 9 da manhã às 8 da noite, mas é

obrigado a adotar medidas como o uso de máscara e o distanciamento social no caso de bares e restaurantes

Depois da terceira fase de restrições em BH, Kalil pediu desculpas por ter sido obrigado a fechar o comércio e disse que a queda nos índices de mortes e infectados na capital mineira justifica a suspensão das medidas. A ocupação dos leitos na cidade estava, no entanto, em 76,4% em 28 de janeiro, porcentual considerado de alerta vermelho pelos especialistas. Em uma cena comum em todo o País, BH, que acumula mais de 91 mil casos de Covid-19 e 2.282 óbitos até a segunda-feira 2, conviveu com os protestos de lojistas. Apesar das aglomerações provocadas pelos agrupamentos, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais manteve o direito às manifestações.

No cabo de guerra entre prefeituras e comerciantes, João Ricardo Costa Filho, economista e professor da Fundação Getulio Vargas, resume o embate pela lei do mais forte. “Parece uma questão de quem grita mais alto. Os governos estão com dificuldades diante da pressão dos comerciantes e agora a única saída parece ser a vacinação”, afirma Costa Filho. Segundo o professor, o constante “abre e fecha”, desde o começo da pandemia, contribuiu para uma situação de pouco controle e baixa eficácia das medidas, de modo que era preciso ter feito, no início, um fechamento bem mais rigoroso, mas de menor duração.

Da maneira como as restrições aconteceram, afirma Costa Filho, o comércio sofreu por mais tempo e agora luta desesperadamente pela sobrevivência. “O setor de bares e restaurantes, por exemplo, tem um bom poder de barganha, porque consegue se organizar melhor e pressiona com uma eficácia que nem todos os outros serviços conseguem.” Ainda segundo o economista, identificar e socorrer especificamente

internações e mortes. Ao contrário, o vírus continua a se espalhar de forma acelerada no estado, bem como no resto do Brasil. O que pesou foi a pressão dos empresários, pequenos e grandes. Após uma sequência de protestos e dos temores de uma nova onda de quebradeira no setor privado, Doria cedeu à tese do hoje adversário Jair Bolsonaro de que a economia vale mais que a vida. Em entrevista na terça-feira 2, o tucano contou sofrer ameaças por causa do endurecimento das regras.

GOVSP E DANIEL TEIXEIRA / ESTADÃO CONTEÚDO

Sem vacina à vista para todos nem apoio a empresas e trabalhadores, o Brasil tropeça





os segmentos mais atingidos com linhas de crédito a juros baixos, além de estender o auxílio emergencial, seriam respostas eficientes para os comerciantes, que projetam um ano bem ruim economicamente. A economia, avalia, deve apresentar alguns sinais de melhora neste ano, mas insuficientes para reverter os danos. “É provável que teremos uma massa enorme e não computada de desempregados quando a pandemia acabar.”

Sem saber como serão as novas fases da vacinação, por falta de matéria-prima e planejamento, o Brasil ainda se vê diante de um novo desafio: pesquisar e entender o comportamento da P1, a variante da Covid-19 encontrada em Manaus. Os especialistas em sequenciamento genético correm para desvendar o DNA da mutação. Com alterações na espícula, proteínas que se ligam aos receptores das células humanas, essa versão tem maior poder de transmissão, uma vez que consegue aderir mais facilmente à parede celular. Ainda que não haja provas sobre o

aumento da letalidade na P1, sua capacidade de propagação tende a induzir uma difusão acelerada da doença, segundo se descobriu até agora no sequenciamento do material colhido no Amazonas. Do total de 35 amostras sequenciadas em janeiro, 91,4% continham a variante. A mutação, tudo indica, espalhou-se durante as aglomerações de fim de ano e do início do verão, e está associada à tragédia sanitária no estado. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a P1 foi encontrada até agora em sete países além do Brasil e registra ao menos um caso de reinfeção causada pela cepa. “Não há como esconder, estamos

Em meio à alta de casos, o País enfrenta uma mutação do vírus descoberta no Amazonas

O comércio popular vive o dilema da sobrevivência

muito preocupados”, diz José Eduardo Levi, pesquisador do Instituto de Medicina Tropical da Universidade de São Paulo, que trabalha no sequenciamento genômico do vírus. Segundo Levi, a crença de que Manaus atingiria certa “imunidade de rebanho” foi solapada pela alta quantidade de moradores que se acredita estarem infectados com a nova variante. “Há três hipóteses: ou o nível de anticorpos dos infectados caiu, ou a variante é capaz de escapar da resposta natural do organismo, ou os atingidos agora pela variante não tinham contraído o vírus antes.”

Também à frente do sequenciamento genético do vírus pelo Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD)/Fiocruz Amazônia, o virologista Felipe Naveca lembra que a variante ainda não foi descrita como resistente às vacinas em uso no País. Além disso, aponta o especialista, os métodos diferentes utilizados nos imunizantes podem ser suficientes para combater a P1. “Algumas vacinas, como a de Oxford e da AstraZeneca, induzem à resposta celular, não só à resposta de anticorpos, o que pode ser suficiente para as novas variantes.” São necessárias, no entanto, mais análises para entender a quais resultados certas mutações podem levar, além de descobrir se a variante P1 tem maior ressonância em certos grupos, o que depende do cruzamento de dados. Além do coronavírus amazônico, outras duas mutações com maior poder de transmissão também preocupam a comunidade científica, a N501Y, descoberta na África do Sul, e a B.1.1.7, encontrada no Reino Unido. A melhor resposta, dizem os especialistas, seria a vacinação em massa. Mas a alternativa continua a ser uma miragem no Brasil. •



ACIMA DA LEI E DA MORAL

O vexame dos magistrados gaúchos

POR RENÉ RUSCHEL

No Rio Grande do Sul, os juízes federais e desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, os mesmos que julgaram, em segunda instância, o ex-presidente Lula na Operação Lava Jato, tentam furar a fila da vacinação. Os beneficiados são 185 magistrados participantes da Associação dos Juízes Federais do Rio Grande do Sul e seus familiares, que, ao custo de 800 reais pelas duas doses, queimam a largada da maratona em busca da imunidade contra o Coronavírus. A negociação envolve a compra de vacinas da marca Covaxin, produzida pela fabricante indiana Bhrat Biotech.

A operação é coordenada pela associação. Em ofício encaminhado aos associados, a entidade oferece e garante a

compra de vacinas para até oito integrantes de cada família. As reservas poderão ser feitas mediante o pagamento adiantado de 50% do valor. Informa ainda que os interessados na compra devem transferir o dinheiro para a conta da associação e encaminhar o comprovante do depósito bancário "por e-mail ou pelo WhatsApp".

Segundo o presidente da Associação, Rafael Martins Costa Moreira, não há nada de ilegal na medida: "Não há dinheiro público envolvido nessa operação. Não se trata de vacinas da rede pública ou do SUS, não há fura-filas e nem afeta o plano nacional de vacinação". "A Ajufergs", lembrou Moreira, "é uma entidade privada, mantida com recursos provenientes das mensalidades pagas pelos seus associados."

Ao contrário do que o juiz afirma, o procedimento é ilegal. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, responsável pelo controle de medicamentos no País, proíbe a comercialização de remédios e vacinas autorizadas apenas para uso emergencial, exatamente o caso da Covaxin, que se encontra ainda em fase de testes na Índia. O contrassenso nesse processo está justamente no fato de aqueles pagos pela sociedade para agir como guardiões da lei serem os primeiros a tentar burlar as regras jurídicas em seu próprio favor e benefício.

A medida gerou indignação, inclusive na categoria. Edevaldo de Medeiros, titular da 1ª Vara da paulista Itapeva, afirmou que o comportamento da associação gaúcha não deixa de ser eticamente questionável, pelo simples fato de o dinheiro usado ser privado e não público. "Fosse dinheiro público, além da questão ética se configuraria como improbidade

administrativa." O comportamento, analisa Medeiros, carrega um simbolismo cruel, que é o de naturalizar a competição financeira em tema humanitário tão sensível como a saúde. Como se trata de uma associação de juízes, profissionais remunerados para, aplicando o direito, distribuir justiça, "é natural que se espere dela posturas equânimes, sobretudo no momento atual, em que a humanidade enfrenta uma das piores pandemias da sua história".

Eugênio Aragão, ministro da Justiça no governo Dilma Rousseff, afirmou que esse tipo de conduta é característico do corporativismo brutal que acometeu as carreiras do Judiciário. "Querem um naco do Estado para chamar de seu. É uma forma de patrimonialismo burocrático. Querem ganhar mesmo quando todos estão a perder. Lamentável."

O desembargador Jorge Berg de Mendonça, do Tribunal de Justiça do Trabalho da 3ª Região, em Minas Gerais, observou que os proventos para o patrocínio dessas aquisições - a compra de vacinas - advêm do Erário, uma vez que os magistrados são servidores públicos. "Se o sistema de saúde é único, será preciso um tratamento único entre os nacionais. Em qualquer circunstância, o Estado tem obrigação de garantir direitos iguais à coletividade, para não incidirem privilégios como estes, tão tristes para a democracia."



GUSTAVO MANSUR/PALÁCIO PIRATINI E ADÃO DE SOUZA/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Usar toga não confere ou não deveria conferir certos privilégios

